VINÍCIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo

O Brasil precisa de um novo design

Há um paradoxo na economia brasileira: a dimensão de nossas ineficiências também revela o espaço para ganhos rápidos quando começamos a corrigi-las. Um programa crível de reformas pode reduzir o risco e os juros de mercado antes de sua execução estar concluída. O país precisa convencer que realizará seu novo design.

A entrada de cerca de R$ 10 bilhões de capital estrangeiro na Bolsa após o primeiro turno sinaliza essa possibilidade. O desempenho de Flávio Bolsonaro e os avanços de seu campo no Senado e na Câmara alimentaram expectativas de mudança. Mas a confiança que movimenta um pregão precisa converter-se na confiança que sustenta uma fábrica, um aeroporto ou um hotel por décadas.

O revogaço já integra a agenda de sua equipe econômica, com Daniella Marques, ex-presidente da Caixa, e Adolfo Sachsida, ex-ministro de Minas e Energia. Daniella anunciou o mapeamento de mais de mil normas para revisão e revogação. A intenção merece crédito; executá-la exige metas e resultados verificáveis.

Nossa arquitetura encarece o capital, onera a contratação e consome recursos que poderiam financiar produção e inovação. Os incentivos frequentemente premiam a acomodação e penalizam a iniciativa.

Segundo o IBPT, entre outubro de 1988 e setembro de 2025 foram editadas 8,22 milhões de normas federais, estaduais e municipais: cerca de 222 mil por ano em 37 anos. O total inclui normas revogadas e revela a escala da instabilidade normativa.

O revogaço deve eliminar obrigações duplicadas, cadastros que repetem informações já entregues ao Estado, autorizações desproporcionais ao risco e regras criadas para problemas que desapareceram. O Executivo revisa seus atos; leis exigem o Congresso. Estados e municípios devem participar. As resoluções do Conama devem passar pelo mesmo exame de necessidade, legalidade e resultado. Proteção ambiental exige evidências, competências claras e previsibilidade.

A Lei de Liberdade Econômica, aprovada em 2019 no governo Bolsonaro, iniciou uma mudança importante. Sua aplicação precisa alcançar o balcão e a fiscalização. Na Heritage de 2026, o Brasil ocupa o 134º lugar em liberdade econômica. Completar essa implementação e estabelecer novas metas deve ser parte central do redesenho.

A reforma tributária do consumo traz ganhos, mas conserva exceções, tratamentos diferenciados e uma longa transição com dois sistemas. Permanece também o peso das contribuições sobre a folha. Desonerar o emprego formal, com financiamento sustentável, deve integrar a reorganização fiscal. E a discussão da escala 6 por 1 precisa reconhecer as diferenças entre saúde, aviação, petróleo, mineração, bares e restaurantes, com descanso, segurança e negociação coletiva.

A questão fiscal é decisiva. Nos doze meses até agosto de 2026, os juros nominais do setor público somaram R$ 1,182 trilhão. Um ajuste consistente pode reduzir o risco e criar condições para juros menores. A economia com a dívida aparece gradualmente, conforme sua composição e refinanciamento, abrindo espaço para investimento público e proteção social. Esse ganho depende de disciplina fiscal; não pode servir de pretexto para adiá-la.

O governo Temer mostrou a importância dessa combinação. O teto de gastos e a reforma trabalhista, junto à desinflação e à condução monetária, acompanharam a queda da Selic de 14,25% para 6,5%. Crescimento sustentado exige continuidade.

Um ambiente melhor deve atrair capital internacional para máquinas, instalações e infraestrutura, ampliando a formação bruta de capital fixo. Fluxos para a Bolsa e empréstimos entre empresas não equivalem automaticamente a essa expansão produtiva. Mais capacidade de produzir ajuda a conter pressões inflacionárias futuras e sustenta melhores salários. É assim que se rompe o impasse entre baixo crescimento, crédito caro e fragilidade fiscal: a armadilha da renda média.

Reformas mexem com interesses e acomodações. Uma possível vitória de Flávio, somada à força no Senado e na Câmara, oferece uma oportunidade, não aprovação automática. Os seis primeiros meses são vitais. É preciso aproveitar o estado de graça para construir maiorias, negociar resistências e comunicar os benefícios: uma economia maior, mais produtividade e resultados para todos. Haverá momentos de firmeza, mas o convencimento deve predominar.

Com regras claras, contratos respeitados e estabilidade, o Brasil pode tornar-se um destino mais seguro para investimentos num mundo instável. Nossas ineficiências oferecem espaço para avançar; a liderança precisa convertê-lo em prosperidade. O novo design exige força política para iniciar as mudanças e habilidade política para fazê-las durar.

SÉRGIO CABRAL

Jornalista e ex-governador do Estado do Rio de Janeiro

Carta a Douglas Ruas

Prezado governador eleito, Douglas Ruas, parabéns pela eleição ao governo do meu amado estado do Rio de Janeiro.

Nunca estivemos juntos pessoalmente, mas tomo a liberdade, por ser cidadão do Rio e ter ocupado o cargo de governador por oito anos, de te enviar essa mensagem.

Douglas, quando assumi o governo do estado, em janeiro de 2007, a situação era trágica. A governadora que sucedi não havia pago o décimo terceiro salário dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. E não havia recursos no caixa do estado para pagar o salário de janeiro.

Trouxe para a Secretaria de Fazenda do Rio Joaquim Levy, Renato Vilela, George Santoro, Marcelo Santive, Paulo Tafner, entre outros. Para o Rio Previdência, Wilson Risolia e Gustavo Barbosa.

A segurança pública era o grande desafio. Trouxe o delegado da Polícia Federal José Mariano Beltrame, que teve carta branca para montar sua equipe e nomear o comandante da Polícia Militar e o chefe da Polícia Civil. Pacificamos comunidades e reduzimos a criminalidade vertiginosamente no Rio. Li que você fez críticas a forma como as UPPs foram implantadas com aviso prévio a cada comunidade que haveria a entrada das forças policiais e que por isso você não "irá assessorar bandidos para suas fugas" ao anunciar a retomada dos territórios. Douglas, a credibilidade das UPPs, fazia com que os marginais nem ousassem enfrentar as forças de segurança. Os que fugiram foram, na sua maioria presos. Evitamos a morte de inocentes. E esses vagabundos fora da sua comunidade são ratos perdidos. Imagine, Ruas, as comunidades tendo o ir e vir garantido, comércio sem terror, sem fuzis, e com enormes investimentos sociais. Até agências bancárias foram instaladas em diversas favelas. Na outra ponta da classe social, houve queda de 40% na venda de carros blindados no Rio.

Na educação, tive Teresa Porto no primeiro governo e Wilson Risolia no segundo mandato. Saímos de uma posição vexatória, que infelizmente é a atual, de 26º no Ideb do ensino médio, para a 4ª posição no Brasil.

Na saúde, nomeei Sérgio Cortes, que, da mesma maneira, teve carta branca para nomear seus auxiliares e os diretores dos hospitais. Eram 8 hospitais do estado. Inauguramos 7 hospitais em 8 anos. Além de ter criado o modelo UPA 24h, que o Brasil copiou e está presente nos 26 estados e no Distrito Federal.

Douglas, fizemos 10 estações de metrô, dobramos a extensão metroviária subterrânea do Rio. Renovamos a frota de trens e parte da frota de barcas. Criamos o Bilhete Único Intermunicipal. Construímos muitas estradas, destaco o Arco Metropolitano.

Fomos parceiros dos 92 municípios do Rio. O programa Somando Forças levou investimentos, escolhidos pelos prefeitos e licitados por eles, em diversas frentes.

Na área social e de direitos humanos, contei com Benedita da Silva, Rodrigo Neves e Zaqueu Teixeira. Criamos o programa Renda Melhor, que fortaleceu financeiramente 1 milhão de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, e o Renda Melhor Jovem, que premiava financeiramente os adolescentes e jovens dessas famílias que estivessem no ensino médio e passassem de ano. O programa inspirou o Pé-de-Meia do governo federal.

Sonhamos grande, Douglas. Conquistamos os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Foi a primeira vez que uma cidade da América do Sul recebeu o maior evento do planeta.

Por último, e não menos importante, recuperamos o poder aquisitivo de nossos servidores ativos, inativos e pensionistas, com reajustes salariais e outras iniciativas. Além de concursos públicos permanentes. Aliás, você mesmo entrou para a Polícia Civil em um concurso público do meu governo.

Douglas, foram 8 anos em que o Rio foi protagonista do Brasil. Infelizmente, meus sucessores, nos 12 anos seguintes, não foram nada bem. E o Rio vive uma situação grave.

Peço a Deus que te ilumine e te inspire a montar uma grande equipe e que você a lidere para dar ao nosso estado e, principalmente, ao nosso povo, o bom lugar que ele merece no Brasil. Boa sorte.

LUCIANA BRITES

Doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Humano e Mestra em Distúrbios do Desenvolvimento

Dislexia: Entenda os principais sinais e impactos do transtorno de aprendizagem nas crianças

A dislexia é um transtorno de aprendizagem que causa prejuízo na leitura e na escrita. Caracterizada como um transtorno do neurodesenvolvimento, pode apresentar sinais nos primeiros anos como atraso de linguagem e outras questões relacionadas ao desenvolvimento.

O diagnóstico costuma ser definido após o processo de alfabetização. Crianças com dislexia, mesmo inseridas em ambientes estruturados, com ensino de qualidade, instrução fônica e alfabetização adequada, apresentam dificuldades persistentes para aprender leitura e escrita, automatizar essas habilidades e compreender textos.

Pais e professores devem observar crianças que apresentam dificuldade persistente para ler e escrever. Essa discrepância costuma se tornar mais evidente por volta dos oito ou nove anos, quando a criança já passou pelo processo esperado de escolarização.

Os impactos da dislexia vão além do desempenho acadêmico. Como a leitura é uma habilidade central para o acesso à aprendizagem, dificuldades nessa área podem gerar exclusão, baixa autoestima e sofrimento emocional.

É frequente que desenvolvam sentimentos negativos e sofrimento emocional em relação à própria capacidade. Com isso, o apoio especializado torna-se fundamental. A psicopedagogia e a neuropsicopedagogia atuam na compreensão de como as pessoas aprendem, investigando processos cognitivos envolvidos na leitura e na escrita e auxiliando a superar barreiras.

Além do acompanhamento individual, esses profissionais também oferecem suporte emocional, orientações à família e contribuições à escola, auxiliando diferentes esferas envolvidas no processo de aprendizagem.

Para compreender a dislexia é necessário considerar que o diagnóstico exige exclusão de outros fatores, como questões emocionais, deficiência intelectual, outros transtornos e dificuldades decorrentes de ensino inadequado. Uma criança com alfabetização insuficiente não deve ser confundida com uma com dislexia.

Família e escola têm papel essencial nesse processo. Compreender o funcionamento cognitivo e emocional, adaptar estratégias pedagógicas, trabalhar habilidades precursoras da leitura, diversificar formas de aprendizagem e manter comunicação alinhada entre os envolvidos são medidas importantes para favorecer o desenvolvimento.

Entender sobre a dislexia permite olhar para além da dificuldade de leitura e escrita, reconhecendo as necessidades específicas dessas crianças. Logo, podemos promover suporte adequado para seu desenvolvimento acadêmico e emocional e autoestima.